

Uma história de vida...

Guilherme Fonseca

Juiz Conselheiro Jubilado

Sou português, nascido em Braga a 26 de Outubro de 1940; frequentei nessa cidade o Liceu Sá de Miranda, durante sete anos, seguindo depois para Coimbra, em 1958, para completar a licenciatura em Direito na sua prestigiada Universidade. Cheguei, pois, à vida profissional em 1963 e no ano seguinte iniciei a carreira da magistratura, como sempre foi meu desejo, influenciado pelo meu avô paterno, que mal conheci, mas sempre vi nele um juiz austero e de muito prestígio, que percorreu o País em comarcas de Norte a Sul, passando por Montemor-o-Novo, Vila da Feira, Vila Flor e Braga, de onde era natural.

Fui nomeado Delegado do Procurador da República, interino, na comarca da Golegã, em pleno Ribatejo, e tomei posse em 29 de Fevereiro de 1964, sem nunca ter entrado num Tribunal e, em absoluto, ignorante acerca das funções de que fora investido, como elemento da magistratura do Ministério Público.

A posse foi na Procuradoria Distrital de Lisboa, no Largo do Município, sem ninguém a acompanhar-me, e, logo que cheguei à Golegã, fui confrontado com o primeiro processo, num caso de violação, em julgamento a decorrer naquela comarca. Fiz o melhor que sabia, na veste de acusador público, apresentei alegações orais no julgamento e fui “amparado” pelos juízes que formavam tribunal colectivo. No final do julgamento, acompanhei os juízes ao gabinete do juiz da comarca, mas fui advertido de que não podia assistir à discussão do caso, para formar a decisão. Por isso, saí do gabinete e fiquei à espera na sala de audiências da continuação do

Julgamento. Foi a primeira regra que aprendi, a de que a magistratura do Ministério Público não podia assistir à discussão entre os juízes no gabinete, até ser anunciada a continuação do julgamento na sala de audiências, com a publicação da decisão. Tomei contacto com os funcionários, em especial, o escrivão Sr. Chico e o funcionário que me fora distribuído como secretário do gabinete do Ministério Público, o Sr. Caixinha. Esta experiência na Golegã, sozinho, solteiro e distante da família, marcou-me sempre e ajudou nos passos que dei no começo de carreira.

Entretanto, casei com a namorada de sempre, a Lili, em 30 de Julho de 1964, passámos na estalagem de Vila Nova da Barquinha, com deslocação a Abrantes, a nossa lua-de-mel. Fomos passar férias de verão com a família, embora eu não tivesse direito a férias, em Agosto na Figueira da Foz, mais propriamente em Buarcos, e em Setembro na Póvoa de Varzim. E fui colocado então na comarca de Vila Franca de Xira, como delegado interino, e por isso em Outubro fomos para Vila Franca, mas logo seguimos depois para Anadia, comarca de 2.^a classe, e aí ficámos durante cerca de dois anos. Foram dois anos bem passados, com pouco trabalho no tribunal e com deslocações frequentes a Coimbra, sobretudo, aos fins de semana, na casa dos meus sogros. Foi quando nasceu a minha segunda filha, a Alexandra.

Com a promoção à 1.^a classe e colocado em Lisboa, tive a sorte de poder fazer uma troca com o meu colega Sampaio, que queria Lisboa, e eu fui para Guimarães. Fiz aí dois anos na 1.^a classe, sujeitando-me depois às provas de concurso para juiz de direito, e fui colocado em seguida como juiz na comarca de Mogadouro, no longínquo Trás-os-Montes, com três filhos. Foi uma aventura, sem conhecer as pessoas e o meio social, mas correu bem.

Decorrido cerca de um ano, fui convidado para o lugar de ajudante do Procurador Geral, como então se chamava, nos círculos judiciais de Bragança e Vila Real, o que aceitei, pois era uma

melhoria na remuneração e na colocação numa cidade, a cidade de Bragança. Instalei-me aí com a família numa casa grande e no centro da cidade, ao lado do edifício do tribunal, num grande largo. Foi só um ano que estive em Bragança, pois aconteceu entretanto o 25 de Abril de 1974 e em Setembro fui convidado pelo Ministro da Justiça Salgado Zenha para o lugar de ajudante do Procurador-Geral no Supremo Tribunal Administrativo, na secção de contencioso administrativo, o que aceitei, pela melhoria ao nível remuneratório e pelo prestígio do cargo.

Depois passei para o mesmo lugar no Tribunal Constitucional, entretanto criado pela Constituição de 1976, e aí fiquei até à nomeação de Juiz Conselheiro no Supremo Tribunal Administrativo, na secção do contencioso administrativo e, em seguida, no Tribunal Constitucional, onde me mantive durante nove anos, terminando a carreira como Juiz Conselheiro Jubilado, em 2002.

A par com este processo profissional, estive sempre envolvido em actividades sindicais, a coberto da CGTP, e activamente ligado ao Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), que sucedeu ao Sindicato dos Procuradores da República, cuja existência só foi possível com o 25 de Abril de 1974. Fiz parte dos seus corpos gerentes, e fui presidente da Direcção do Sindicato nos mandatos de 1977-1979 e 1984-1986.

Foi uma fase muito entusiasmante na actividade do SMMP, com várias iniciativas públicas, a realização de congressos do Sindicato (seis) e a edição de uma revista, a Revista do Ministério Público, que ainda existe e de boa saúde, prestigiada no seio das revistas jurídicas, com colaboradores, e sempre novos colaboradores, nas várias áreas do Direito.

Também desenvolvi actividades a nível do ensino superior privado, pois estive ligado à então Universidade Internacional, com polos em Benfca e Portela, regendo a disciplina de Direito Administrativo em sucessivos anos lectivos. Foi meu assistente o